



TJ-AM

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Concurso Público para Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro – 2005

Caderno de Prova Objetiva

Instruções

- Você recebeu do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
 - b) este caderno com o enunciado das 80 questões, sem repetição ou falha.
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e seu número de inscrição são os que aparecem na Folha de Respostas; caso contrário, notifique imediatamente o fiscal;
- Ao receber a Folha de Respostas, é obrigação do candidato:
 - a) conferir seu nome e número de inscrição;
 - b) assinar no verso da Folha de Respostas.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado;
- Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas;
- Quando terminar, entregue a Folha de Respostas ao fiscal;
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.

DIREITO CIVIL

1

Assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Civil prevê a doação condicional e a doação remuneratória.
- (B) O descumprimento do encargo não importa a revogação da doação onerosa se o donatário incorrer em mora.
- (C) A prova de um fato jurídico por confissão não pode ser anulada sob qualquer pretexto.
- (D) É vedada a transferência do contrato de seguro de dano a terceiro com a cessão do interesse segurado.
- (E) O fiador não pode se sub-rogar nos direitos do credor, mesmo que pague integralmente a dívida.

2

Assinale a alternativa correta.

- (A) Só podem testar os maiores de 18 (dezoito) anos.
- (B) O direito de impugnar a validade do testamento conta-se da data do óbito do testador.
- (C) São testamentos especiais o marítimo, o aeronáutico e o militar.
- (D) A disposição de testamento por incapaz se valida com a superveniência da capacidade.
- (E) O Código Civil considera testamentos ordinários somente o público e o particular.

3

Assinale a alternativa correta.

- (A) A partilha amigável feita por herdeiros, ainda que capazes, depende, exclusivamente, de escritura pública.
- (B) A nomeação de tutor compete tanto ao pai, quanto à mãe, separadamente.
- (C) A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor sob qualquer pretexto ou modo.
- (D) Não se permite o casamento, sem autorização dos pais, para os homens menores de 18 (dezoito) anos e para as mulheres menores de 16 (dezesesseis) anos.
- (E) A dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.

4

Assinale a alternativa correta.

- (A) O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.
- (B) A revogação do testamento, em regra, só pode ser total.
- (C) O direito de provar a causa da deserção se extingue no prazo de dois anos, a contar do óbito do testador.
- (D) O legado alternativo é nulo de pleno direito, pois não se pode deixar ao herdeiro a opção.
- (E) É inadmissível em nosso direito o codicilo cerrado.

5

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

Adquire a propriedade do imóvel, não onerosamente, aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por _____.

- (A) dez anos
- (B) quinze anos
- (C) vinte anos
- (D) dez anos entre presentes e quinze anos entre ausentes
- (E) quinze anos entre presentes e vinte anos entre ausentes

6

Assinale a alternativa que **não** complete corretamente a proposição a seguir:

Os contratos de penhor ou hipoteca declararão, sob pena de não terem eficácia, _____.

- (A) o bem dado em garantia com as suas especificações
- (B) o valor do crédito, sua estimação, ou valor máximo
- (C) o prazo fixado para pagamento
- (D) a taxa de juros, se houver
- (E) cláusula que autoriza o credor pignoratício ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

7

A respeito de hipoteca, assinale a alternativa que **não** encontre respaldo no Código Civil.

- (A) A hipoteca extingue-se pela resolução da propriedade.
- (B) O registro da hipoteca legal vale mesmo depois de extinta a obrigação, sendo que a sua especialização deve ser renovada de cinco em cinco anos.
- (C) As hipotecas são registradas no cartório do lugar do imóvel, ou no de cada um deles, se o título se referir a mais de um.
- (D) A Lei confere hipoteca ao credor sobre o imóvel arrematado para garantia do pagamento do restante do preço da arrematação.
- (E) A hipoteca extingue-se pela remissão.

8

Assinale a alternativa correta:

- (A) A cláusula penal tem o objetivo de reforço obrigacional.
- (B) A cláusula penal tem a natureza, exclusivamente, compensatória.
- (C) Não há qualquer vedação legal a que o valor da cominação imposta na cláusula penal exceda o da obrigação principal.
- (D) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- (E) Tendo a obrigação pluralidade de devedores e sendo indivisível, a lei civil não prevê ação regressiva aos não culpados contra quem deu causa à aplicação da pena convencional.

9

Segundo o Código Civil, a aquisição por acessão **não** pode se dar:

- (A) por avulsão.
- (B) pela formação de ilhas.
- (C) por aluvião.
- (D) por usucapião.
- (E) por plantações e construções.

10

A respeito da **retrovenda**, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) Se a duas ou mais pessoas couber o direito de retrato sobre o mesmo imóvel, e só uma o exercer, poderá o comprador intimar as outras para nele acordarem, prevalecendo o pacto em favor de quem haja efetuado o depósito, contanto que seja integral.
- (B) O direito de retrato é suscetível de cessão por ato inter-vivos.
- (C) O exercício da retrovenda é intransmissível por ato causa mortis.
- (D) O direito de resgate não se extingue mesmo diante de caso fortuito ou força maior.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

11

Em matéria de contratos bancários, são feitas as proposições a seguir:

- I. Redesconto é a operação pela qual um Banco, que desconta título, poderá descontá-lo em outro Banco.
- II. Pelo desconto recebe-se o prêmio devido pelo pagamento antecipado de um título de crédito ainda não exigível.
- III. A extinção do contrato de conta-corrente pela morte do correntista só se dá depois de sacado todo o saldo existente na conta.

Assinale:

- (A) se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as proposições I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

12

Analise os itens a seguir que complementam a seguinte proposição:

O contrato de incorporação imobiliária deverá conter cláusulas atinentes:

- I. ao preço que as partes atribuem ao terreno e à construção.
- II. aos efeitos da mora no pagamento da parcela relativa ao terreno e sua extensão ao contrato de construção e vice-versa.
- III. à obrigação de informar os adquirentes sobre o estado da construção, por meio de comunicação escrita, no mínimo de seis em seis meses.

Assinale:

- (A) se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as proposições I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13

Assinale a alternativa correta.

- (A) Ao decidir simultaneamente a oposição e a ação, deve o juiz conhecer da ação em primeiro lugar.
- (B) Na hipótese de revelia do assistido, o assistente é considerado o seu gestor de negócios.
- (C) Em nenhuma hipótese poderão as partes, de comum acordo, reduzir os prazos, ainda que dilatatórios.
- (D) Os prazos são irrenunciáveis, ainda que em favor da própria parte.
- (E) Realizada uma segunda perícia, substituirá a primeira, vinculando o juiz quanto à sua análise exclusiva.

14

Assinale a alternativa correta.

- (A) A execução do arresto não se suspende.
- (B) O autor estrangeiro, com residência fora do Brasil, e que aqui não tenha bens imóveis que assegurem o pagamento das custas e honorários de advogado da parte contrária, deverá prestar caução para intentar ação, contestar, reconvir ou lançar mão de qualquer meio de defesa.
- (C) A novação da dívida faz cessar o arresto do bem.
- (D) Entre os bens penhoráveis está o seguro de vida.
- (E) O recurso adesivo só é admissível na apelação.

15

Assinale a alternativa correta.

- (A) Existindo litisconsórcio, a desistência do recurso pelo recorrente não depende da anuência dos demais litisconsortes.
- (B) A regra geral é que os fatos afirmados por uma parte, ainda que confessados pela parte contrária, dependem de prova.
- (C) Mesmo emanando de coação, a confissão é irrevogável.
- (D) A exceção de incompetência não suspende o curso do processo.
- (E) No procedimento comum ordinário, contestada a ação, só poderá o autor desistir dela, sem o consentimento do réu, até a audiência de instrução e julgamento.

16

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

O juiz poderá, nas Comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de _____.

- (A) sessenta dias
- (B) vinte dias
- (C) quinze dias
- (D) cinco dias úteis
- (E) quarenta e oito horas

17

Assinale a alternativa que **não** complete corretamente a proposição a seguir.

A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por todos os meios de direito. Mas, em relação a terceiros, considerar-se-á datado o documento particular _____.

- (A) do ato ou fato que estabeleça, de modo certo, a anterioridade da formação do documento
- (B) no dia em que foi registrado
- (C) da sua apresentação em repartição pública ou em juízo
- (D) na data da sentença
- (E) a partir da impossibilidade física, que sobreveio a qualquer dos signatários

18

Assinale a alternativa **incorreta**.

São suspeitos para depor como testemunha:

- (A) o que é parte na causa
- (B) o que, por seus costumes, não for digno de fé
- (C) o inimigo capital da parte, ou seu amigo íntimo
- (D) o que tiver interesse no litígio
- (E) o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença

19

O Código de Processo Civil aponta no artigo 888 o que denomina "outras medidas provisionais".

Assinale a alternativa que **não** apresente uma dessas medidas.

- (A) obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida
- (B) a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos
- (C) o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais
- (D) a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita
- (E) o protesto e a apreensão de títulos

20

Assinale a alternativa que **não** complete corretamente a proposição a seguir.

Começa a correr o prazo quando _____.

- (A) houver vários réus, da data de juntada aos autos do primeiro aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido
- (B) a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento
- (C) a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido
- (D) o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida
- (E) a citação for por edital, finda a dilação assinada pelo juiz

DIREITO PENAL

21

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal adotou a teoria da atividade e não a teoria mista ou da ubiqüidade.
- (B) Segundo o nosso ordenamento jurídico, é possível a aplicação, em matéria penal, dos princípios da ultra-atividade e da retroatividade da lei penal.
- (C) O Código Penal dispõe que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (D) No concurso de pessoas, a instigação e o auxílio nunca são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- (E) Dentre os regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade, está o regime aberto. Ele se baseia na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

22

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O casamento do agente com a vítima, em determinados crimes contra os costumes, é causa de extinção da punibilidade.
- (B) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no crime de bigamia, da data em que o fato se tornou conhecido.
- (C) No caso de evadir-se o condenado, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- (D) A prescrição da pena de multa ocorre no mesmo prazo estabelecido para a pena privativa de liberdade quando, com esta, for cumulativamente aplicada.
- (E) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso for, na data da sentença, maior de 70 anos.

23

O crime de patrocinar diretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público:

- (A) é crime de patrocínio infiel, previsto no Código Penal.
- (B) é crime de favorecimento pessoal, previsto no Código Penal.
- (C) é crime de advocacia administrativa, previsto no Código Penal.
- (D) é crime contra a ordem tributária, previsto em lei especial.
- (E) é crime de exploração de prestígio, previsto no Código Penal.

24

É correto afirmar que:

- (A) sempre que houver o crime de corrupção ativa haverá o de corrupção passiva.
- (B) sempre que houver o crime de corrupção passiva haverá o de corrupção ativa.
- (C) o funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, contra disposição expressa de lei, sem qualquer interesse ou sentimento pessoal, pratica crime de prevaricação.
- (D) é possível a prática do crime de corrupção passiva pela pessoa que ainda não assumiu a função pública.
- (E) aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública não é equiparado a funcionário público para efeitos penais.

25

Em matéria de crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- (A) o emprego de chave falsa é causa de aumento no crime de roubo.
- (B) não é punível a subtração de coisa móvel comum e fungível praticada por um sócio em relação ao outro, desde que o valor não exceda a quota a que tem direito na sociedade.
- (C) no roubo próprio, a violência contra a pessoa ou grave ameaça são empregadas logo depois de subtraída a coisa.
- (D) exigir, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra terceiro é crime de extorsão direta.
- (E) segundo o Código Penal, o “arrependimento posterior” ocorre quando, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente repara o dano ou restitui a coisa, até o recebimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário. Diante de tal assertiva, podemos concluir que nunca poderá ocorrer arrependimento posterior no crime de roubo.

26

Em matéria de contravenções penais, podemos afirmar que:

- (A) as penas principais previstas na Lei das Contravenções Penais são: prisão simples, multa e perda de função pública.
- (B) a lei brasileira é sempre aplicada à contravenção praticada fora do território nacional.
- (C) recusar o recebimento de cheque é contravenção penal prevista na Lei de Contravenções Penais.
- (D) é contravenção penal anunciar substância destinada a provocar aborto.
- (E) a exploração da credulidade pública é uma contravenção penal.

27

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) somente é ato infracional a conduta descrita como crime.
- (B) são idênticas as medidas legais previstas para os atos infracionais praticados por crianças e adolescentes.
- (C) apenas fotografar, sem a publicação, cena de sexo explícito envolvendo adolescente não é crime.
- (D) entregar gratuitamente a adolescente fogos de estampido é sempre crime.
- (E) é crime o ato de deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente por ocasião do parto.

28

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

Representar contra alguém imputando prática de ato de improbidade administrativa, que não constitui crime, quando o autor da denúncia o sabe inocente _____.

- (A) é crime previsto em lei especial
- (B) é crime de denúncia caluniosa, previsto no Código Penal
- (C) não é crime, já que o ato imputado, embora de improbidade, não é criminoso
- (D) constitui crime de difamação, previsto no Código Penal
- (E) configura conduta de injúria, segundo o Código Penal

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29

Em matéria de ação penal, é **incorreto** afirmar que:

- (A) na ação penal privada, na hipótese de morte do ofendido, o direito de prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (B) o órgão do Ministério Público dispensará o inquérito policial, se com a representação que lhe for dirigida forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) a denúncia será rejeitada quando houver a prescrição.
- (D) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- (E) a renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

30

Segundo o Código de Processo Penal, qual opção a seguir **não** determina a competência jurisdicional?

- (A) a conexão ou continência
- (B) a prerrogativa de função
- (C) o domicílio ou residência do réu
- (D) a natureza da infração
- (E) a requisição judicial

31

Em matéria de liberdade provisória, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção, prisão simples e reclusão em que a pena máxima cominada não for superior a 2 (dois) anos.
- (B) em caso de prisão por mandado, também será competente para conceder a fiança a autoridade policial a quem tiver sido requisitada a prisão.
- (C) em caso de quebra da fiança, haverá a perda de 2/3 do seu valor e a obrigação de recolhimento à prisão.
- (D) não será concedida fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 1 (um) ano.
- (E) só é possível a liberdade provisória em crime de roubo simples com o pagamento de fiança.

32

Assinale a hipótese que **não** é considerada exceção em matéria processual penal.

- (A) questão prejudicial
- (B) incompetência de juízo
- (C) ilegitimidade de parte
- (D) suspeição
- (E) coisa julgada

33

No processo dos crimes da competência do júri, é **falsa** a seguinte afirmação:

- (A) Nenhum documento pode ser juntado aos autos na fase da apresentação das alegações finais.
- (B) Se o juiz se convencer de que o acusado não foi o autor do crime, porque provado ter sido praticado por terceiro, deverá proferir a decisão de impronúncia, mas não poderá absolver o réu.
- (C) Se o agente for pronunciado por homicídio qualificado, hoje considerado crime hediondo, o processo somente prosseguirá depois que o pronunciado for intimado, pessoalmente, da decisão de pronúncia.
- (D) O libelo crime acusatório não poderá conter circunstâncias agravantes que não estejam na decisão de pronúncia.
- (E) Com o libelo, poderá o Ministério Público apresentar o rol das testemunhas que devam depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), bem como juntar documentos e requerer diligências.

34

Em relação à decisão que julgar o incidente de falsidade, segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não é possível haver recurso imediato, devendo ser atacada quando do recurso da sentença condenatória ou absolutória.
- (B) caberá recurso em sentido estrito.
- (C) é possível a interposição de agravo.
- (D) caberá apelação.
- (E) caberá recurso inominado.

35

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

No Juizado Especial Criminal, a composição civil, em ação penal pública condicionada, acarreta _____.

- (A) renúncia ao direito de queixa
- (B) extinção da punibilidade
- (C) transação penal com aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta
- (D) perdão judicial
- (E) absolvição criminal

36

No tocante à revisão criminal, podemos afirmar que:

- (A) o prazo para ser requerida é de 2 (dois) anos.
- (B) também será admitida quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.
- (C) poderá ser requerida até em caso de sentença absolutória por insuficiência de provas quando o requerente pretender provar não haver praticado o fato criminoso.
- (D) será sempre admissível a reiteração do pedido de revisão criminal.
- (E) a revisão somente poderá ser requerida pelo próprio réu, sendo personalíssima. Em caso de morte, não poderá ser requerida pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37

Assinale a alternativa correta.

- (A) O tombamento é ato do poder público de intervenção na propriedade de caráter transitório.
- (B) Os bens públicos móveis e imóveis não podem ser desapropriados.
- (C) A validade da declaração expropriatória é de 10 (dez) anos para os casos de necessidade ou utilidade pública.
- (D) É admitida a mudança de categoria de um bem público de uso comum do povo para a de dominical por lei, por simples ato administrativo ou fato jurídico.
- (E) Os bens públicos são prestigiados pela cláusula de alienabilidade, mas não podem ser penhorados.

38

Assinale a alternativa que contenha características do contrato administrativo.

- (A) multilateralidade, onerosidade e comutatividade
- (B) bilateralidade, lucratividade e personalidade
- (C) bilateralidade, gratuidade e comutatividade
- (D) bilateralidade, onerosidade e comutatividade
- (E) multilateralidade, onerosidade e personalidade

39

Analise as proposições a seguir:

- I. Os princípios da eficiência, continuidade, igualdade e modicidade orientam a prestação de serviços públicos e são aplicáveis também às concessionárias e permissionárias.
- II. Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública direta e indireta pode fazer tudo o que a lei permite e tudo que a lei não proíbe.
- III. A Constituição Federal reservou aos estados-membros a prestação, direta ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local.
- IV. O não-pagamento da taxa ou tarifa pelo usuário do serviço público não essencial pode ensejar a suspensão do seu fornecimento.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições I, II e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente as proposições II, III e IV forem verdadeiras.

40

Assinale a alternativa que defina corretamente desapropriação indireta.

- (A) É um ato legal da Administração.
- (B) É uma mera declaração de vontade da Administração.
- (C) É a desapropriação praticada pelo particular.
- (D) É a desapropriação precedida de indenização em valor incompatível com o do bem expropriado.
- (E) É um ato ilícito da Administração.

41

Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Serviços indelegáveis são aqueles que podem ser prestados pelo Estado e, eventualmente, por particulares colaboradores.
- (B) Serviços coletivos (uti universi) são aqueles prestados a destinatários individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos.
- (C) A prévia aprovação em concurso público é, como regra, condição de ingresso no serviço público.
- (D) A Administração pode, excepcionalmente, convocar candidato para o provimento de cargo sem a estrita observância da precedência na ordem de classificação.
- (E) A exoneração é a dispensa do servidor e possui caráter punitivo.

42

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

A tredestinação ocorre quando a Administração _____.

- (A) dá um destino múltiplo ao bem desapropriado
- (B) altera o ato expropriatório
- (C) não dá ao bem a finalidade para que foi desapropriado
- (D) realiza desapropriação por zonas
- (E) não obtém autorização para imissão provisória na posse

43

Assinale a alternativa **falsa**.

- (A) O controle administrativo interno é decorrente de órgão integrante da própria estrutura em que se insere o órgão controlado.
- (B) O ato administrativo unilateral tem como um de seus atributos a tipicidade, que decorre do princípio da legalidade.
- (C) A competência, no direito administrativo, pode ser objeto de avocação, quando a lei não dispuser em sentido contrário.
- (D) O direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal, é instrumento de controle que proporciona a autotutela, dependendo apenas do pagamento de taxa para ser utilizado.
- (E) O esgotamento do prazo estabelecido em lei à interposição do recurso administrativo não inibe a propositura de medida judicial para tratar do mesmo assunto.

44

Analise as proposições a seguir:

- I. Tanto a concessão quanto a permissão almejam a prestação de um serviço público.
- II. A Lei 8.987/95 atribuiu à permissão de serviço público a natureza de contrato de adesão.
- III. Uma diferença entre concessão e licitação é que a primeira depende de licitação prévia enquanto a segunda dispensa esse procedimento.
- IV. A anulação do contrato de permissão só pode ser decretada pela via judicial.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições III e IV forem verdadeiras.
- (E) se somente as proposições I, II e III forem verdadeiras.

DIREITO CONSTITUCIONAL

45

Assinale a alternativa que apresente corretamente os fundamentos da República Federativa do Brasil.

- (A) soberania, cidadania, direito de resposta, acesso à informação e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- (B) soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político
- (C) soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, acesso à informação e pluralismo político
- (D) soberania, cidadania, bem-estar social, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político
- (E) soberania, cidadania, autonomia, independência e dignidade da pessoa humana

46

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

Os serviços notariais e de registro, de acordo com o art. 236, caput, da Constituição Federal são exercidos em caráter _____.

- (A) permanente
- (B) público
- (C) precário
- (D) privado
- (E) público e privado

47

Assinale a alternativa correta.

- (A) É ilimitada a competência tributária que a Constituição Federal concede aos entes tributantes.
- (B) Os Estados e Municípios, excepcionalmente, podem aumentar tributo por meio de ato administrativo desde que devidamente motivado.
- (C) Os entes tributantes podem instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros desde que pela alíquota mínima.
- (D) Pode a União instituir isenção de tributo que não seja de sua competência desde que o faça por meio de lei federal.
- (E) Os entes estatais não podem instituir impostos sobre livros e jornais.

48

Assinale a alternativa que apresente corretamente princípios constitucionais.

- (A) isonomia, inviolabilidade do direito à segurança e reserva legal
- (B) isonomia, reserva profissional e devido processo legal
- (C) liberdade de expressão, reserva profissional e ampla defesa
- (D) inviolabilidade do direito à segurança, contraditório e associação em condomínio
- (E) juiz natural, contraditório e amplo exercício da vontade

49

Assinale a alternativa que apresente corretamente direitos sociais.

- (A) educação, saúde e previdência privada
- (B) educação, assistência aos silvícolas e trabalho
- (C) saúde, assistência aos desamparados e lazer
- (D) trabalho, moradia e liberdade de expressão
- (E) moradia, liberdade de expressão e proteção à infância

50

Assinale a opção **falsa**.

- (A) Há três sistemas de controle de constitucionalidade: o político, o jurisdicional e o misto.
- (B) Os sistemas constitucionais conhecem dois critérios de controle da constitucionalidade: o difuso e o concentrado.
- (C) O controle de constitucionalidade pelo critério difuso é da exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é um dos legitimados para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.

51

Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente a brasileiros.
- (C) O prazo de validade de concurso público será de até cinco anos.
- (D) Ao servidor público civil é vedada a associação sindical.
- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

52

Analisar as proposições a seguir:

- I. O Congresso Nacional se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- II. Os governadores têm legitimidade para propor emenda à Constituição Federal.
- III. A separação dos Poderes é uma das cláusulas pétreas.
- IV. O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições I, II e III forem verdadeiras.
- (E) se somente as proposições II, III e IV forem verdadeiras.

DIREITO TRIBUTÁRIO

53

Assinale a alternativa correta a respeito da ação para cobrança do crédito tributário.

- (A) Prescreve em um ano.
- (B) Prescreve em dois anos.
- (C) Prescreve em quatro anos.
- (D) Prescreve em cinco anos.
- (E) É imprescritível.

54

Assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a definição do Código Tributário Nacional, os tributos são taxas, impostos, contribuições sociais e contribuições de melhoria.
- (B) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha, salvo em caso de guerra.
- (C) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (D) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- (E) A doutrina é fonte formal primária do Direito Tributário.

55

Assinale a alternativa **falsa**.

- (A) A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo.
- (B) A isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão, salvo disposição de lei em contrário.
- (C) A isenção sempre decorre de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração, exceto quando prevista em contrato.
- (D) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- (E) A prescrição e a decadência, assim como a conversão de depósito em renda, são modalidades de extinção do crédito tributário.

56

Assinale a alternativa **falsa**.

- (A) A competência para instituir impostos sobre a propriedade territorial rural é da União.
- (B) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (C) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis e imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- (D) O IPTU é imposto da competência dos Municípios.
- (E) O imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

57

Assinale a alternativa correta.

- (A) A exclusão do crédito tributário se dá pela isenção ou pela anistia.
- (B) Apenas o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal faz interromper a prescrição.
- (C) Não são extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- (D) Laudêmio é tributo.
- (E) A obrigação legal de pagamento do laudêmio é do comprador.

58

Analise as proposições a seguir:

- I. Imunidade é o obstáculo decorrente de regra da Constituição à incidência de regra jurídica à tributação.
- II. Compete à União instituir imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- III. Anistia é a exclusão do crédito tributário relativo a penalidades pecuniárias.
- IV. É vedado apenas à União instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições I, II e III forem verdadeiras.
- (E) se somente as proposições I, III e IV forem verdadeiras.

59

Assinale a alternativa que defina corretamente o fato gerador da obrigação principal.

- (A) É a situação definida em atos administrativos como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) É a situação definida em convenções ou tratados internacionais como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (C) É a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (D) É a situação definida em contrato como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (E) É a situação decorrente de declaração unilateral de vontade como necessária e suficiente à sua ocorrência.

60

Analise as proposições a seguir:

- I. A fiscalização do crédito tributário é uma faculdade da Administração Fiscal.
- II. A prova da quitação de todos os tributos pode, a critério do juiz, ser dispensada na extinção das obrigações do falido.
- III. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- IV. a remissão é forma de extinção do crédito tributário.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições III e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições I, II e III forem verdadeiras.
- (E) se somente as proposições I, III e IV forem verdadeiras.

DIREITO DE EMPRESA

61

Assinale a alternativa que defina corretamente conhecimento de depósito.

- (A) É a prova do contrato de depósito mercantil.
- (B) É um título de crédito que dá direito à prestação de coisa fungível.
- (C) É uma ordem de pagamento sobre coisa fungível.
- (D) É uma notificação sobre a guarda e entrega de coisa móvel ou imóvel.
- (E) É um título de crédito cuja transmissão só se dá por endosso em preto.

62

Assinale a alternativa correta sobre **warrant**.

- (A) Tem como primeiro endossante o depositante da mercadoria.
- (B) Não pode ser objeto de protesto.
- (C) Não pode ser transferida por endosso.
- (D) Não tem qualquer vínculo jurídico com o conhecimento de depósito.
- (E) Não se submete a protesto especial, visando ao requerimento de falência.

63

A respeito das **debêntures**, é correto afirmar que:

- (A) conferem ao debenturista, como regra, a condição de sócio da sociedade emissora.
- (B) conferem dividendos aos debenturistas.
- (C) atribuem ao seu possuidor um direito de crédito contra a sociedade emitente.
- (D) não podem ser emitidas com garantia real.
- (E) só são passíveis de emissão pelas sociedades por pessoas.

64

Assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível a responsabilidade solidária entre o avalista e o avalizado no cumprimento de uma obrigação cambiária.
- (B) Se casado o avalista, só é possível o aval com a outorga uxória.
- (C) O aval e a fiança, na realidade, são o mesmo instituto, só que aplicados a títulos diversos.
- (D) O avalista é solidariamente responsável ao avalizado pelo pagamento da obrigação cambiária.
- (E) O aval é o instrumento hábil para fazer circular apenas a letra de câmbio.

65

Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Segundo o Código Civil, a regra é que é possível o aumento do capital social em uma sociedade limitada, ainda que não totalmente integralizado.
- (B) Estão previstas no Código Civil a sociedade em comandita por ações, a sociedade em comandita simples e a sociedade em nome coletivo.
- (C) Em uma sociedade limitada, o capital social deverá, obrigatoriamente, se dividir em quotas iguais.
- (D) O Código Civil aboliu, de forma expressa, o exercício do direito de preferência dos cotistas em participar do aumento de capital de uma sociedade limitada.
- (E) O Código Civil admite, amplamente e sem qualquer ressalva, a sociedade entre cônjuges.

66

Segundo a legislação em vigor, **não** se extinguem as obrigações do falido:

- (A) em qualquer hipótese, com a sentença de encerramento.
- (B) com o pagamento de todos os créditos.
- (C) com o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 50% (cinquenta por cento) dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo.
- (D) com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime previsto na Lei de Falências.
- (E) com o decurso do prazo de 10 (dez) anos, contado do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado por prática de crime previsto na Lei de Falências.

67

Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Nas sociedades limitadas, a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.
- (B) Nas sociedades limitadas, a firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.
- (C) A sociedade em conta de participação e a sociedade limitada podem adotar firma ou denominação.
- (D) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade limitada.
- (E) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.

68

Assinale a alternativa correta quanto à competência privativa da assembléia-geral em uma sociedade anônima.

- (A) Autorizar a emissão de debêntures.
- (B) Fixar as atribuições dos diretores da companhia.
- (C) Escolher e destituir os auditores independentes.
- (D) Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete.
- (E) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

69

Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No registro civil das pessoas jurídicas, serão matriculados os jornais e demais publicações periódicas.
- (B) No registro civil das pessoas naturais, a averbação dos atos será feita com a simples menção, sem maiores indicações em minúcias, da sentença ou do ato que a determinar.
- (C) Formulada a dúvida pelo oficial do registro, a decisão nela proferida tem natureza administrativa.
- (D) Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.
- (E) No registro civil de pessoas jurídicas, serão inscritos os atos constitutivos e os estatutos dos Partidos Políticos.

70

Os serviços auxiliares judiciais da justiça de primeiro grau da Comarca de Manaus **não** compreendem:

- (A) distribuição de feitos judiciais.
- (B) contadoria.
- (C) partilhas e leilões.
- (D) depósito público de bens apreendidos.
- (E) Tabelionato de Notas.

71

Assinale a alternativa que caracterize corretamente o Ato do Tribunal que regulamenta as eleições para Juiz de Paz.

- (A) É uma Portaria.
- (B) É uma Resolução.
- (C) É um Provimento.
- (D) É um Ato Executivo.
- (E) Não é nenhum desses atos, pois essa regulamentação é feita por meio de Lei Estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça.

72

Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas, **com exceção de**:

- (A) multa.
- (B) repreensão.
- (C) suspensão por noventa dias, prorrogáveis por mais trinta.
- (D) advertência.
- (E) perda da delegação.

73

A Lei 6.015/73, que trata dos registros públicos, **não** prevê, expressamente, o funcionamento do:

- (A) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (B) Registro de Títulos e Documentos.
- (C) Registro de Imóveis.
- (D) Registro de Marcas e Patentes.
- (E) Registro Civil de Pessoas Naturais.

74

Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, por meio de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro por desinteresse ou inexistência de candidatos, é correto afirmar que:

- (A) o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.
- (B) serão os serviços notarial ou de registro automaticamente oficializados, passando a sua gestão definitivamente para o Poder Público.
- (C) serão automaticamente extintos os serviços notarial ou de registro.
- (D) será o serviço notarial, automaticamente, extinto, mas o serviço de registro será anexado ao serviço da mesma natureza mais próximo.
- (E) existindo na mesma localidade serviço notarial e de registro, serão eles fundidos em um só serviço, que será, então, automaticamente, oficializado com a gestão exclusiva e definitiva feita pelo Poder Público.

75

Analise as proposições a seguir:

- I. Em se tratando de protesto de cheque, poderá este ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente.
- II. Protesto é um ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- III. O tabelião de protestos arquivará mandados e ofícios judiciais.

Assinale:

- (A) se somente a proposição I estiver correta.
- (B) se somente a proposição II estiver correta.
- (C) se somente as proposições I e a III estiverem corretas.
- (D) se todas as proposições estiverem corretas.
- (E) se nenhuma proposição estiver correta.

76

Analise as proposições a seguir:

- I. Segundo dispõe a Lei 9.492/97, o protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
- II. Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega.
- III. Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação no valor indicado pelo apresentante.

Assinale:

- (A) se somente a proposição I estiver correta.
- (B) se somente a proposição II estiver correta.
- (C) se somente as proposições I e a II estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições I e a III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

77

No exercício da competência administrativa recursal **não** cabe ao Tribunal Pleno processar e julgar:

- (A) recursos das decisões do Conselho da Magistratura.
- (B) recursos de pedidos de licença, férias e vantagens formuladas ao Presidente do Tribunal.
- (C) recursos das decisões administrativas sobre licitações, contratos e alienações.
- (D) recursos sobre concursos públicos para provimento de cargos de juiz substituto de carreira, bem como de cargos de pessoal administrativo e auxiliar do Poder Judiciário.
- (E) recursos das decisões das Câmaras reunidas.

78

Assinale a alternativa correta a respeito de cremação de cadáver.

- (A) Na hipótese de morte violenta, só será possível depois de autorizada pela autoridade judiciária.
- (B) Depende sempre de autorização da autoridade judiciária.
- (C) Independe, em qualquer hipótese, de autorização da autoridade judiciária.
- (D) Depende da manifestação de vontade do incinerado, mesmo no interesse da saúde pública.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

79

São atribuições do Corregedor-Geral de Justiça, além da inspeção e correição permanentes dos serviços judiciários, as alternativas a seguir, **com exceção de uma**. Assinale-a:

- (A) integrar o Conselho da Magistratura
- (B) verificar se os oficiais de registro civil criam dificuldades aos nubentes, impondo-lhes exigências ilegais
- (C) impor penas disciplinares
- (D) substituir o Presidente nos seus impedimentos, ausências, licenças e férias
- (E) levar ao conhecimento das autoridades constituídas faltas imputáveis às autoridades policiais

80

Segundo a Lei de Organização Judiciária no Estado do Amazonas compete ao Corregedor-Geral de Justiça, ainda quando em correição, as alternativas a seguir, **com exceção de uma**. Assinale-a:

- (A) verificar se os depósitos de coisas pelos cartórios são seguros e higiênicos
- (B) verificar se nos lugares onde devem permanecer as partes, servidores, serventuários, empregados de Ofício Notarias e Registrais, jurados e pessoas judicialmente convocadas há higiene, comodidade, segurança e decência
- (C) verificar se há servidores atacados de moléstias contagiosas ou portadoras de moléstia ou defeito físico que prejudique o exercício das respectivas funções
- (D) verificar se são regularmente cobrados emolumentos, taxas e outros tributos devidos à União, ao Estado e ao Município
- (E) reexaminar, em grau de recurso, decisão do juiz da infância e da juventude

Tribunal de Justiça do Amazonas

Concurso Público para Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro

Gabarito preliminar da Prova Objetiva

Direito Civil

01-A
02-C
03-E
04-A
05-A
06-E
07-B
08-A
09-D
10-A
11-E
12-D

Direito Processual Civil

13-B
14-C
15-A
16-A
17-D
18-A
19-E
20-A

Direito Penal

21-D
22-A
23-D
24-D
25-B
26-D
27-E
28-A

Direito Processual Penal

29-D
30-E
31-B
32-A
33-D
34-B
35-B
36-B

Direito Administrativo

37-D
38-D
39-C
40-E
41-C
42-C
43-D
44-A

Direito Constitucional

45-B
46-D
47-E
48-A
49-C
50-C
51-A
52-B

Direito Tributário

53-D
54-D
55-C
56-C
57-A
58-B
59-C
60-C

Direito de Empresa

61-A
62-A
63-C
64-D
65-B
66-A
67-C
68-A

Legislação Especial

69-B
70-E
71-B
72-D
73-D
74-A
75-D
76-E
77-E
78-A
79-D
80-E